



Relatório de Desempenho da Gestão 2013

Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Criminais	284
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Não-Criminais	5.919
Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal nas Turmas Recursais	224
Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal nas Turmas Recursais	6.847

JUIZADO ESPECIAL – CONHECIMENTO

Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	18.363
Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	69.677
Casos Novos Eletrônicos nos Juizados Especiais	49.324
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	35.372
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	93.518
Recursos Internos da Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais	1.166
Recursos Internos Pendentes nos Juizados Especiais na Fase de Conhecimento	57
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Criminais	2.362
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Não-Criminais	71.592
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	10.343
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	71.042

JUIZADO ESPECIAL – EXECUÇÃO

Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	2.551
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	4.433
Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	120
Execuções Judiciais nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	192
Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	558
Execuções Judiciais Pendentes nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	1.047
Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	915
Incidentes de Execução nos Juizados Especiais	455
Incidentes de Execução Pendentes nos Juizados Especiais	257
Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	2.462
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de liberdade nos Juizados Especiais	141
Total de Processos Baixados de Execução Judicial nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	383
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	199
Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	75
Sentenças em Execução nos Juizados Especiais Não-Criminais	824

RECORRIBILIDADE

2º GRAU

Recursos à Instância Superior no 2º Grau	504
--	-----



Relatório de Desempenho da Gestão 2013

Acórdãos Publicados no 2º Grau	16.081
Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau	40.561
1º GRAU	
Recursos à Instância Superior no 1º Grau	1.971
Decisões no 1º Grau Passíveis de Recurso Externo	251.177
Sentenças no 1º Grau Passíveis de Recurso Interno	185.891
TURMA RECURSAL	
Recurso interno nas Turmas Recursais	257
Decisões nas Turmas Recursais Passíveis de Recurso Interno	1.807
JUIZADO ESPECIAL	
Recursos à Instância Superior nos Juizados Especiais	1.519
Decisões nos Juizados Especiais Passíveis de Recurso Externo	29.455
Sentenças nos Juizados Especiais Passíveis de Recurso Interno	27.368
Impugnações a Decisões dos Juizados Especiais	120
Decisões nos Juizados Especiais Passíveis de Impugnação	29.427
REFORMA DA DECISÃO	
1º GRAU	
Recursos das Decisões de 1º Grau Providos pelos Tribunais Estaduais em Agravos de Instrumento (ainda que parcialmente)	113
Recursos das Decisões de 1º Grau Providos pelos Tribunais Estaduais em Recurso de Apelação (ainda que parcialmente)	514
Recursos de Agravos de Instrumento Julgados pelos Tribunais Estaduais	547
Recursos de Apelações Julgados pelos Tribunais Estaduais	1.670
Recursos Inominados das decisões dos Juizados Especiais providos pelas Turmas Recursais (ainda que parcialmente)	1.093
Recursos Inominados julgados pelas Turmas Recursais	3.188

3. GESTÃO FINANCEIRA

Os recursos orçamentários e financeiros para realização das despesas com pessoal e custeio utilizaram como fonte o Tesouro Estadual, ao passo que outras despesas com manutenção e investimentos correram a expensas do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (FERMOJU). Ademais, o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (Funseg-JE) provê recursos exclusivos para implementação do Plano de Segurança dos Magistrados.

Convém destacar, no exercício sob comento, a preocupação relativa ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, informando-se que, dos R\$ 13.379.882.290,00 (treze bilhões,



trezentos e setenta e nove milhões, oitocentos e oitenta e dois mil e duzentos e noventa reais) da Receita Corrente Líquida (RCL), foram empregados R\$ 665.041.078,00 (seiscentos e sessenta e cinco milhões, quarenta e um mil e setenta e oito reais) em despesa com pessoal, montante que representa 4,97% da RCL, estando, pois, abaixo do limite prudencial de 5,70% previsto na Lei nº 101/2000.

4. REALIZAÇÕES DIVERSAS

Ao longo do exercício de 2013, sob a Presidência do Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido, a Vice-Presidência do Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva e a Corregedoria-Geral do Des. Francisco Sales Neto, foram priorizadas iniciativas que contribuíssem para o aprimoramento da prestação jurisdicional, para a profissionalização da gestão judiciária e para a utilização plena e racional dos recursos.

Na esfera da prestação jurisdicional, são dignas de realce as seguintes ações:

- ✓ prolação, pelo Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos da Comarca da Capital, de 4.547 sentenças, 2.873 decisões interlocutórias e 7.685 despachos, além da realização de 115.927 movimentações processuais relacionadas à expedientes diversos e atualizações nos sistemas informatizados;
- ✓ promoção do Mutirão de Instrução e Julgamento de Processos envolvendo Atos Infracionais e do primeiro Mutirão de Instrução e Julgamento de Delitos de Tóxico, ambos na comarca de Fortaleza, que resultaram na elaboração de 933 julgamentos, 1.203 audiências, 2.064 despachos e 1.042 decisões interlocutórias;
- ✓ implantação, no Fórum Clóvis Beviláqua, da Comissão Temporária Metodologia de Análise e Melhoria de *Performance* para redução da Taxa de Congestionamento, cuja atuação promoveu a baixa de 13.391 processos nas Varas da Fazenda Pública e de 11.146 processos nas Varas de Execução Fiscal;



Relatório de Desempenho da Gestão 2013

- ✓ efetivação de 982 audiências pelo Centro Judicial de Solução de Conflitos e Cidadania, bem como dos mutirões de conciliação em processos envolvendo investigação de paternidade, Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) e empresas como Itaú, Bradesco, TIM e CAMED;
- ✓ realização de audiências de conciliação entre Estado do Ceará e 77 de seus credores, resultando R\$ 9.157.485,00 (nove milhões, cento e cinquenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais) em precatórios pagos;
- ✓ análise, em pós visita de equipe da Corregedoria Nacional de Justiça, de todos os autos de precatórios do TJCE, totalizando aproximadamente 1.000 feitos, com a prolação de decisões, a realização de diligências juntos aos juízos de origem e a adequação da atualização dos respectivos valores;
- ✓ validação da nova tabela de índices para realização de cálculos judiciais, a partir de análise do Manual de Racionalização de Procedimentos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Novas Varas foram instaladas, das quais se elencam: o 22º Juizado Especial Cível e Criminal de Fortaleza; a 3ª Vara da Comarca de Itapipoca; a 3ª Vara da Comarca de Iguatu; 1ª e 2ª Vara de Família e Sucessões, 3ª e 4ª Vara Criminal, todas da Comarca de Caucaia; Vara Única de Família e Sucessões do Crato; e 3ª Vara Cível de Juazeiro do Norte.

Destaca-se, de igual forma, o início das construções de Fóruns nas Comarcas de Assaré, Boa Viagem e Crateús, bem assim a iniciativa da atual Administração de promover reuniões com os magistrados das comarcas do interior do Estado, realizadas em sedes das zonas judiciárias, de sorte a verificar e colher in loco as premências e sugestões para o aprimoramento da prestação jurisdicional.

Importantes medidas também foram levadas a efeito em prol da valorização de servidores e magistrados e da adequação do quadro de pessoal às contingências atuais, a saber:



Relatório de Desempenho da Gestão 2013

- ✓ elaboração de Projeto de Lei que trata da correção das distorções vencimentais entre os servidores do Poder Judiciário, a Isonomia Salarial, aprovada na Sessão do Tribunal Pleno de 1º de novembro de 2013 e enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará;
- ✓ viabilização das ascensões funcionais, da concessão de auxílio-alimentação aos magistrados e da majoração do benefício recebido pelos servidores, bem como do reajuste dos valores percebidos a título de diárias e indenização de transporte, mediante o redirecionamento de despesas de custeio e suplementações orçamentárias da ordem de R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais);
- ✓ estabelecimento de critérios objetivos e técnicos para a concessão da Gratificação Técnico-Relevante (GTR) e a extensão desta às comarcas de entrâncias intermediária e inicial, por meio da Portaria nº 938/2013;
- ✓ instituição, por meio da Portaria nº 1114/13, de 23 de setembro de 2013, da Comissão do Concurso Público, com atribuições para, no prazo de 180 dias, estabelecer as regras e adotar as providências necessárias à realização de concurso público para provimento de cargos de servidores efetivos;
- ✓ designação, mediante portaria nº 1820/2013, de equipe servidores para, no prazo de 180 dias, auxiliarem a Comissão Examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Juiz Substituto nas providências necessárias à realização do referido concurso;
- ✓ nomeação de 39 novos juízes de entrância inicial, promoção de 3 magistrados de entrância inicial para a entrância intermediária e nomeação de 3 novos Desembargadores.

No campo da inovação e da modernização, é de bom alvitre também enumerar:

- ✓ automatização do envio e retorno de recursos entre 1ª e 2ª instâncias;



Relatório de Desempenho da Gestão 2013

- ✓ implantação do Núcleo de Digitalização do 2º grau e do fluxo digital do Plantão Judiciário;
- ✓ implantação da rede *wi-fi* no Tribunal de Justiça (TJCE), no Fórum Clóvis Beviláqua (FCB), na Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec) e nas comarcas de Entrância Final;
- ✓ virtualização dos precatórios no Sistema de Automação Judicial (SAJ) e obtenção da cessão, junto ao Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, do Sistema de Administração de Precatórios (Sapre);
- ✓ modificação dos Centros de Dados (*data center*) do Tribunal de Justiça e do Fórum, permitindo uma melhoria na disponibilidade dos serviços presentes nos portais do TJCE;
- ✓ reestruturação do Portal da Transparência e do Portal do TJCE na rede mundial de computadores (*internet*), incluindo a disponibilização da Consulta Processual Unificada;
- ✓ criação de repositório central de informações, conhecimentos organizacionais na *intranet*, denominada Central do Conhecimento;
- ✓ disponibilização de 73 notebooks para magistrados das comarcas do interior e renovação/emissão de aproximadamente 1.375 certificados digitais;
- ✓ aquisições dos detectores de metais portáteis e portais, que serão destinados a todas as Unidades Judiciárias do interior e capital;
- ✓ implantação de sistema para controle de visitantes nas portarias do TJCE.

Objetivando o aperfeiçoamento gerencial e o fortalecimento da Estratégia do TJCE, foram capitaneadas diversas ações ao longo do exercício em tela, com destaque para:

- ✓ instituição do Comitê Executivo (Coex), com os objetivos de acompanhar o